

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.275 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2001

CCJ aprecia quebra de sigilo do ex-secretário Eduardo Jorge

Três requerimentos que solicitam a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República podem ser votados hoje pela Comissão de Justiça do Senado. Na reunião, que começa às 10h, a CCJ ainda examinará projeto de lei da senadora Marina Silva que proíbe o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau.

PÁGINA 3



Marina quer impedir que parente seja candidato a suplente de senador

DENÚNCIAS

ACM pede a FHC para apontar quem indicou envolvidos no caso Sudam

Dutra insiste em CPI mista para investigar todos os casos de corrupção

Calheiros remete acusação contra ex-presidente do Senado à corregedoria

Páginas 4 e 5

Hartung: falta vontade para encarar Brasil injusto e desigual

A pesquisa do IBGE sobre a evolução dos indicadores sociais durante a década de 90 revela a persistência das desigualdades sociais, afirmou o senador Paulo Hartung. Esse fato, na avaliação do senador, “empana o brilho de dados animadores”, como a redução do analfabetismo e da mortalidade infantil.

PÁGINA 8



O saneamento, que segundo Hartung permitirá vencer doenças da pobreza, é um aspecto fundamental a ser enfrentado na questão das desigualdades

Alcântara e Maldaner cobram medidas contra drogas

PÁGINA 8

RELATÓRIO SOBRE PAINEL DE VOTAÇÕES ADIADO A PEDIDO DE TÉCNICOS DA UNICAMP

PÁGINA 5

Plenário debate a transposição do São Francisco

A defesa do projeto de transposição das águas do São Francisco, feita por Ney Suassuna, motivou um longo debate ontem no Plenário. José Eduardo Dutra, Paulo Souto e Heloísa Helena salientaram a necessidade de mais estudos e da revitalização do rio antes do início das obras anunciadas pelo governo federal.

PÁGINA 7

Senadores exigem mais atenção à Amazônia

Três senadores fizeram pronunciamentos ontem cobrando atenção para a região amazônica. Bernardo Cabral sugeriu que a CPI das ONGs investigue a extração ilegal de minérios. Marluce Pinto pediu a retomada do programa Calha Norte e Mozarildo Cavalcanti advertiu que a Amazônia brasileira “tem todos os ingredientes” para se tornar igual à colombiana.

PÁGINA 7

Projeto obriga curso superior a informar se já é reconhecido

As universidades e faculdades que fazem parte do Sistema Federal de Ensino deverão informar aos vestibulandos quais os cursos que estão reconhecidos e os que se encontram em processo de reconhecimento pelo Ministério da Educação, de acordo com projeto de lei apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). A matéria deverá entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nas próximas semanas.

A proposta tem por objetivo, segundo o senador, evitar que estudantes corram o risco de ficar sem o diploma no encerramento do curso. Atualmente, observou, determinados cursos superiores funcionam apenas com uma mera autorização e, ao final do processo de avaliação empreendido pelo Ministério da Educação, não são reconhecidos, o que resulta em prejuízo para os alunos.

O projeto também obriga os estabelecimentos de ensino superior a fixarem, em local visível, placa, quadro ou tabuleta com a relação dos cursos. A determinação, observou Geraldo Cândido, visa dar maior segurança aos estudantes que, em caso de dúvida, poderão dirigir-se aos órgãos públicos competentes para confirmar se a informação prestada pela faculdade é ou não verdadeira.



Geraldo Cândido quer evitar prejuízos para estudantes em cursos não reconhecidos



Ao receber os parlamentares da Nova Zelândia, Lobão saudou a consolidação da amizade entre os dois países

Lobão recebe deputados da Nova Zelândia

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), recebeu na tarde de ontem uma delegação de parlamentares da Nova Zelândia liderada pelo deputado Jonathan Hunt, presidente da Câmara de Representantes daquele país. A visita faz parte de programa de estreitamento de relações que se iniciou com a instalação de embaixada em Brasília, saudada por Lobão como prova da consolidação da amizade entre os dois países.

O senador explicou aos deputados as atribuições do Senado, com ênfase para suas competências privativas. Lobão disse que os senadores estão "muito satisfeitos" com esse modelo e que não vão permitir a extinção do Senado, embora essa idéia surja de vez em quando. O deputado Harry Duynhoven disse que na Nova Zelândia não existe Senado desde 1951, mas confessou, com bom humor, que gostaria de ter um mandato de oito anos.

Suplicy aponta omissão do Cade em caso de "dumping"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) denunciou ontem a omissão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) quanto à prática de *dumping* perpetrado contra a empresa Labnew Indústria e Comércio, pela Becton Dickinson, líder do setor médico-hospitalar brasileiro, e demais integrantes do oligopólio internacional, a japonesa Terumo Medical Corporation, a americana Sherwood Medical e a austríaca Greiner Labortechnik.



Eduardo Suplicy estranhou a atitude do Cade

Suplicy estranhou o arquivamento, pelo Cade, do processo movido pela empresa brasileira Labnew, que entrou em situação pré-falimentar em decorrência de comprovadas práticas de *under-selling* e *dumping* (venda a preços mais baixos que os custos para eliminar a concorrência) pela líder do mercado. Segundo o senador, a Labnew, fabricante de tubos para coleta de sangue a vácuo, estaria sendo perseguida pelo oligopólio por ser a única a deter a tecnologia para a

manufatura das tampas de borracha, principal componente do produto. Essa vantagem teria desagradado os concorrentes internacionais.

Suplicy afirmou que o presidente do Cade mandou arquivar a denúncia sem que fosse analisado o processo. Ainda segundo o senador, o Cade solicitou provas complementares à Labnew, sob o pretexto de dar segurança jurídica à sua decisão. Porém, no dia em que as provas foram apresentadas, arquivou o processo. O senador vem pedindo informações sobre o caso desde 1992, e considerou a conduta do Cade desrespeitosa ao Senado.

Emilia Fernandes assina ficha hoje e PT passa a ter oito senadores

A senadora Emilia Fernandes (RS) filia-se hoje, às 16h, ao Partido dos Trabalhadores, em reunião na liderança do Bloco Oposição, com a presença do presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, e do presidente nacional do PT, José Dirceu. Em seguida, às 16h30, a senadora dá entrevista coletiva na sala da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Com a filiação de Emilia, a bancada do PT passa a ter oito senadores.

Também participam da entrevista o líder do PT e do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (SE), os deputados Walter Pinheiro (BA), líder da bancada na Câmara, Geraldo Magela (DF), secretário-geral do PT Nacional, e Henrique Fontana, como representante da bancada gaúcha, além de quadros do partido no Rio Grande do Sul.



Emilia Fernandes filia-se ao PT em ato com a presença de vários líderes do partido

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 14/01, que dispõe sobre o crime de assédio sexual; PLC nº 1/01, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; PLC nº 16/01, que altera dispositivos das Leis nºs 4.947/66, 5.868/72, 6.015/73, 6.739/79 e 9.393/96 (normas sobre cadastro, tributação e registro imobiliário de imóveis rurais); PLC nº 19/01, que dispõe sobre a criação de empregos públicos no Hospital das Forças Armadas (HFA); Requerimento nº 51/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, através do Banco Central, informações detalhadas sobre a movimentação bancária, no período de janeiro de 1995 a julho de 2000, do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, o sócio da Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 73/01, do senador Romero Jucá, solicitando do Banco Central a relação de todos os depósitos, de qualquer espécie, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio da Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 74/01, do senador Romero Jucá, solicitando ao Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, informações sobre o auditoria fiscal solicitada pelo Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal para evidenciar sonegação, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados por Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; PLS nº 219/00, que define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera o Código de Processo Penal; PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real e o sistema monetário nacional; PLC nº 11/98, que regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal; PEC nº 36/00, que altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PEC nº 25/00, que altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; PLS nº 57/00, que altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLS nº 135/99, que altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS 190/99-Complementar, que veda o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ examina quebra de sigilo de Eduardo Jorge

Em reunião marcada para as 10h de hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também poderá apreciar projeto de lei que proíbe o registro de parentes até o segundo grau como suplente de candidato a senador

Jonas sugere juro menor para os produtores do Pantanal

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pretende estabelecer para os produtores do Pantanal taxas de juros mais baixas, tendo por base os mesmos percentuais de bônus adotados pelos fundos constitucionais para a região do semi-árido nordestino.

A sugestão, já transformada em projeto de lei, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em uma de suas próximas reuniões. O objetivo, segundo o senador, é permitir a exploração da região do Pantanal de



Jonas Pinheiro: bônus igual ao do semi-árido nordestino

forma economicamente sustentável e "assegurando a manutenção e o equilíbrio do seu ecossistema".

Pelo projeto, serão concedidos bônus de 25% aos mutuários que desenvolvem suas atividades nas regiões do semi-árido nordestino e do Pantanal Mato-Grossense, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O projeto prevê também que os mutuários das demais regiões terão bônus similar de 15%.

Atualmente, os produtores tradicionais do Pantanal Mato-Grossense estão abandonando a região em virtude da ausência de uma efetiva política governamental de fomento às atividades pecuárias. O senador acrescentou que muitos proprietários estão vendendo terras, a preços baixos, a especuladores por não disporem de outra alternativa, já que se encontram descapitalizados.

Para Jonas Pinheiro, já chegou o momento de o governo criar incentivos destinados à recuperação e dinamização da pecuária do Pantanal, com a finalidade de romper o que classificou de um longo período de declínio e de crise da produção na região.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar hoje três requerimentos que solicitam a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. A quebra de sigilo é extensiva a familiares e sócios de Eduardo Jorge, a um ex-deputado federal e a ex-dirigentes de fundos de pensão e de empresas estatais. O ex-secretário é acusado de interferir na gestão de fundos de pensão vinculados a empresas estatais e de ter se empenhado na liberação de recursos para as obras do fórum trabalhista de São Paulo.

Na reunião, que tem início previsto para as 10h, a CCJ ainda examinará projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau. Segundo Marina, a prática de re-



Marina defende a "impessoalidade" na administração pública

gistrar parente próximo como suplente vai de encontro a um dos princípios da administração pública, a "impessoalidade".

— É inadmissível que a pessoa do agente público confunda-se com o Estado, de tal modo que o voto venha a servir a interesses de famílias, tornando-se incompatível com a idéia de que a coisa pública deve permanecer à parte do interesse particular — argumenta a senadora.

Também poderá ser votado projeto da deputada Iara Bernardi (PT-SP) que tipifica o crime de assédio sexual. A matéria será relatada pela senadora Marina Silva e deverá ser submetida ao Plenário do Senado no próximo dia 18.

Outro projeto de destaque é o que regulamenta o comércio eletrônico no Brasil — feito através da Internet — e que já conta com parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS). O

autor, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), defende a uniformidade da aplicação de normas sobre o comércio eletrônico em nível internacional. A proposta foi baseada na Lei Modelo da Uncitral (Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional) sobre Comércio Eletrônico, proposta em 1996, que busca promover a uniformidade no direito referente a esse tipo de comércio.

Em sua justificativa, o senador Lúcio Alcântara explica que o "avanço tecnológico impõe a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico às inovações introduzidas no cotidiano da sociedade". Essas mudanças, ressalta o parlamentar, atingem diversas áreas do Direito, como o das obrigações, o de propriedade intelectual e o Direito Tributário.

— Em virtude da novidade do tema, estamos conscientes de que a proposição não é a palavra final sobre a matéria, havendo de colher aperfeiçoamentos ao longo de sua tramitação — reconheceu ele.

Piva propõe Cofins maior para financiar setor de saúde

Para aumentar as verbas destinadas ao Fundo Nacional de Saúde, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou projeto de lei elevando de 2 para 6% a alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas. A renda resultante desse

aumento, calculada entre R\$ 300 e R\$ 400 milhões anuais, seria receita exclusiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS).



Piva: alíquota de 6% pode garantir R\$ 400 milhões a mais por ano

De acordo com o parlamentar, sua proposta pretende

atingir três objetivos. O primeiro é reforçar as verbas disponíveis para o setor de saúde. Apesar de não vincular uma coisa à outra, Piva observa que a receita adicional estimada "seria quase que suficiente para sustentar não apenas as pesquisas, mas também as instituições especializadas nas patologias tipicamente provocadas pelo fumo".

O segundo objetivo perseguido pelo senador paulista com o projeto é "chamar" os consumidores de tabaco e de bebidas alcoólicas "a contribuir para o financiamento do aparato público de saúde, em vista de serem eles, também, seus principais demandantes".

Como terceira meta, Pedro Piva alinha a busca da redução do consumo de tabaco e álcool via encarecimento desses produtos, o que teria efeito notadamente entre os jovens e as pessoas de baixa renda.

A proposta de Pedro Piva foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O projeto não tem caráter terminativo e, portanto, caso seja aprovado pela CAE, deverá ser ratificado em votação do Plenário antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Osmar Dias quer adaptar participação de trabalhador nos lucros à realidade rural

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) devem discutir, nas próximas semanas, projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) que permite o pagamento de participação nos lucros aos trabalhadores rurais por mais de duas vezes ao ano. O projeto também estende aos empregadores individuais a possibilidade de distribuição de lucros e resultados, hoje restrita a pessoas jurídicas.

A proposição de Osmar Dias modifica a Lei nº 10.101, de dezembro de 2000, que trata da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Para o parlamentar, a proibição desse pagamento por parte de empregadores pessoas físicas contraria a Constituição federal, que não faz distinção entre pessoas físicas e jurídicas.

Na justificativa do projeto, o representante do Paraná lembra que, na área rural, há emprega-

dores pessoas físicas em muito maior número do que pessoas jurídicas constituídas como tal.

Ele afirma que, "se a legislação não permitir a participação nos lucros e resultados quando se tratar de empregadores individuais, a grande maioria das relações empregatícias firmadas no meio rural ficará excluída da abrangência legal, em prejuízo da produtividade e da melhoria da qualidade de vida no campo".

Para o senador, a lei também não atenta para as especificidades do trabalho no meio rural, ao permitir que a distribuição de lucros ou resultados seja feita apenas em até duas vezes ao ano.

Nas atividades agrícola, pecuária e de extração vegetal, explica o senador Osmar Dias, "a realização do trabalho não observa os

mesmos parâmetros temporais utilizados nas atividades industriais e comerciais urbanas", de modo que o empregador rural, quando dá participação nos resultados a seus trabalhadores, o faz na colheita ou no momento da venda dos animais ou dos produtos extraídos da natureza. O número de safras anuais varia mais ainda se são utilizados métodos de irrigação, completa o parlamentar.

Essa sistemática de pagamento utilizada na agropecuária e no extrativismo "deve ser incentivada", na opinião de Osmar Dias, porque resulta de anos de experiência nas relações trabalhistas rurais e porque "estimula o interesse do empregado na obtenção de bons resultados".



Osmar: empregador individual também deve distribuir lucro



Leomar Quintanilha: usina será a contribuição do Tocantins para o esforço energético nacional

Quintanilha relata avanço em obras de hidrelétrica

A instalação de mais uma turbina da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães foi anunciada ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). A previsão é a de que a usina esteja concluída em setembro, gerando 850 megawatts de energia. Quintanilha ressaltou a importância do empreendimento no momento em que o país se encontra às voltas com problemas de geração de energia, inclusive com o risco de racionamento.

— As perspectivas de crescimento econômico para este ano vão forçar o aumento da demanda por energia. A usina Luís Eduardo Magalhães é a contribuição do Tocantins para esse esforço nacional — disse o senador, que também anunciou a construção de mais quatro hidrelétricas do mesmo porte no estado.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou o trabalho do governador Siqueira Campos em prol do desenvolvimento do estado. “Digo com a maior isenção que o trabalho do governador e dos três senadores do estado dignifica o Tocantins e lhes dá justo prestígio popular”, afirmou.

Leomar Quintanilha também registrou a realização de seminário, realizado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre a participação das hidrovias no processo de integração nacional. Quintanilha sugere uma mudança na matriz de transporte do país, com a adoção de modelos mais apropriados para o transporte pesado por longas distâncias.

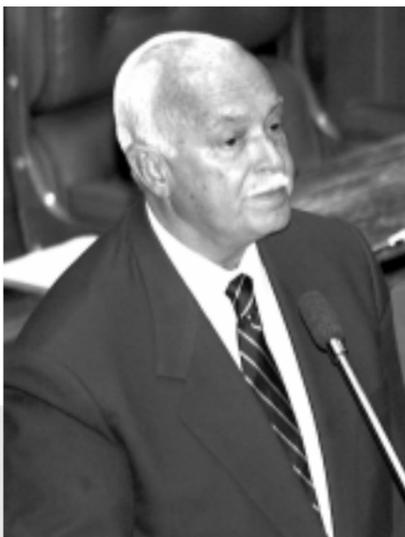
— As hidrovias têm a capacidade de eliminar as desigualdades entre as regiões litorâneas e interioranas do país, facilitando a chegada de insumos e o escoamento da produção — disse o senador.

ACM pede a FHC para apontar quem indicou envolvidos no caso Sudam

Com o argumento de que as providências adotadas pelo presidente em relação ao assunto “devem ser claras”, Antonio Carlos diz que “prestar esses esclarecimentos seria um ato de coragem”

De volta à tribuna para falar sobre as denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que informe à nação quem indicou os envolvidos nas irregularidades. Para o senador, enquanto todas as denúncias não forem apuradas, o governo “vai ficar mal perante a opinião pública”.

Segundo Antonio Carlos, “prestar esses esclarecimentos seria um ato de coragem”. Ele considera que as providências tomadas pelo presidente “devem ser claras” e alertou para os efeitos negativos acarretados pela perda de credibilidade das instituições pú-



Antonio Carlos Magalhães afirmou que o governo “vai ficar mal” enquanto o caso Sudam não for inteiramente esclarecido

blicas. De acordo com o senador, os escândalos vêm à tona diariamente e os valores dos recursos públicos desviados aumentam a cada dia. Em discurso segunda-feira, exemplificou, ele estimava que os recursos desviados da Sudam somavam R\$ 1 bilhão, e agora já se sabe que teriam atingido perto de R\$ 2 bilhões, como revelou o interventor na Sudam, José Diogo Cyrillo.

— Isso significa 12 Lalaus na Sudam — disse o senador, referindo-se ao juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como um dos responsáveis pelos desvios na construção do fórum

trabalhista de São Paulo, que totalizaram R\$ 169 milhões.

Antonio Carlos relembrou a luta do PMDB e do ministro Fernando Bezerra, quando este assumiu o Ministério da Integração Nacional, para que a Sudam e a Sudene pertencessem a essa pasta. “Os fatos demonstraram que não era para saneá-los”, ironizou.

Por ter previsto que isso aconteceria, relatou Antonio Carlos, iniciou a luta para que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) não fosse o indicado para a Presidência do Senado. O parlamentar baiano confessou ter “certa pena dos companheiros do PMDB”, já que “ninguém tem coragem de ir à praça pública e dizer que é do partido da Sudam”.

Dutra insiste em CPI e fala que Congresso deve cumprir prerrogativas constitucionais

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), defendeu ontem em Plenário a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar a corrupção no âmbito do governo federal.

José Eduardo Dutra questionou a atitude do PMDB e lamentou que a indignação do Congresso Nacional quanto ao grau de corrupção existente no governo limite-se a discursos e à retórica. Mencionando o escândalo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ele pediu que os senadores subscrevam o requerimento para a criação da CPI da Corrupção.

Dutra perguntou ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB) se seu partido vai omitir-se diante do apoio de vários integrantes do PSDB e do PFL a uma CPI para investigar exclusivamente a Sudam, cujos dirigentes foram indicados pelo PMDB.

— Segundo a imprensa, uma Sudam vale pelo menos dez Nicolaus. Agora quero saber do senador Ney Suassuna se apenas a Sudam vai ser investigada e se as outras denúncias serão ignoradas — disse o senador petista.

Ele salientou que o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira voltou a ser mencionado pela

imprensa, por ter pressionado, na ocasião em que exercia sua função no âmbito do governo, fundos de pensão para que investissem em negócios de seu interesse. E acrescentou que, para investigar o caso Eduardo Jorge, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) não dispõe das mesmas prerrogativas de uma CPI.

Na avaliação do líder do Bloco Oposição, o Congresso é incoerente ao defender o controle externo para o Judiciário, ao mesmo tempo em que se recusa a cumprir suas prerrogativas constitucionais de investigar as ações do Executivo. O senador criticou a iniciativa do presidente Fernan-



Para Dutra, o Congresso revela incoerência ao se recusar a apurar as ações do Executivo

do Henrique Cardoso de criar uma Corregedoria Geral da União no intuito de impedir o controle externo, exercido pelo Congresso.

Suassuna: CFC tem poder para investigar Eduardo Jorge

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem em Plenário que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que preside, tem plenos poderes para investigar as denúncias de irregularidades envolvendo o ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

De acordo com o senador, a CFC tem poderes conferidos pela Constituição federal e pelo Regi-

mento Interno do Senado para proceder à investigação de qualquer irregularidade que envolva dinheiro público. Suassuna afirmou que a CFC poderá pedir, se necessário, a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do ex-secretário e advertiu que surpreenderá os que esperam dele, Suassuna, pusilanimidade.

— Sou presidente do Colégio Anglo-Americano e excluí da ins-

tituição dois de meus filhos porque não apresentavam notas e disciplina condizentes — disse.

O senador afirmou ainda, em resposta ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que seu partido reunirá a Executiva Nacional para debater a possível instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de onde foram des-

viados cerca de R\$ 2 bilhões.

— O PMDB é democrático, ninguém decide nada sozinho, vamos debater o assunto internamente — disse Ney Suassuna em resposta a Dutra, que perguntara ao senador da Paraíba se o seu partido aprovaria a criação de uma CPI para apurar apenas a corrupção na Sudam, cujos dirigentes foram indicados pelo PMDB.

Calheiros remete à Corregedoria Geral denúncias contra Antonio Carlos

Senador disse que nas gravações telefônicas que resultaram na matéria de capa da revista "Veja" desta semana não há uma só afirmação concreta contra o presidente do Senado

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), comunicou ontem ao Plenário que está enviando à Corregedoria Geral da União uma série de denúncias contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Entre elas, referiu-se "ao estranho desaparecimento do empresário Raul Gigante, responsável pela megaoperação de remessa ilegal de 500 milhões de dólares para o exterior". Essa última denúncia, Renan Calheiros afirmou que a enviará também ao ministro da Justiça, José Gregori, inclusive porque "começam a surgir rumores do assassinato desse empresário, para ocultar a investigação".

O senador disse ter enviado à corregedoria novo laudo criminalístico sobre a abertura de contas fantasmas com depósitos de empreiteiras para beneficiar a campanha de Antonio Carlos, em 1990, ao governo da Bahia; auditoria do Tribunal de Contas da União em obras superfaturadas do aeroporto de Salvador; as operações de Rubens Gallerani – ex-chefe do escritório do governo da Bahia em Brasília – durante a gestão do ex-presidente do Senado; e o fornecimento de certidão negativa de dé-



Renan: "Senado não pode mais aceitar esse blablabá alimentado pelo noticiário"

bito do INSS em transação imobiliária que beneficiou o empresário João Carlos Di Gênio.

Renan Calheiros iniciou seu pronunciamento observando que, das 400 horas de gravações telefônicas que resultaram na matéria de capa da última edição da revista *Veja*, não há uma só afirmação concreta contra o presidente do Senado.

– Não há nenhuma declaração do senador Jader Barbalho que autorize as ilações da publicação. Não passam de insinuações. A re-

vista *Veja* não traz nada, absolutamente nada, que envolva o senador Barbalho – sustentou.

O líder do PMDB disse que o Senado não pode mais aceitar "esse blablablá" alimentado pelo noticiário. Ele afirmou que os jornais continuam tentando macular a imagem do presidente da Casa, sempre baseados em insinuações. Acrescentou que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, foi taxativo ao afirmar que não existem acusações contra o presidente do Senado.

Para Calheiros, foi também nu-

trido por especulações o noticiário sobre o denominado caso Banpará, cuja conclusão demonstrou que o processo fora arquivado em 1992, por falta de provas. Depois de dizer que tanto Fernando Bezerra quanto o governo têm tomado as medidas necessárias para dar respostas definitivas à sociedade, o senador acrescentou que "o mais é a perpetuação do denunciamento com propósitos nitidamente políticos e interesses pessoais, na busca precoce de palanques à sucessão presidencial".

ACM diz que não se cala "com calúnias e ameaças"

Uma hora depois do discurso do líder peemedebista, Renan Calheiros, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ocupou a tribuna para dizer que não se calará "com calúnias, infâmias e ameaças" e prometeu discursar, em breve, para apresentar denúncias de irregularidades envolvendo, entre outros, o próprio Calheiros.

"O Senado me aguarde, porque virei a esta tribuna, brevemente, para

tratar dessas figuras que não têm autoridade para liderar e muito menos para atacar", disse.

Antonio Carlos afirmou que Calheiros "tem ligação com a Construtora Uchôa", de Alagoas, a qual ainda "vai fazer grandes obras para o DNER", se "tudo continuar como está". Acrescentou que a atuação dessa construtora "se limita, no momento, ao município de Murici", base eleitoral de Calheiros.

Antero pede explicação sobre matéria de "IstoÉ"

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitou ontem em Plenário que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) esclarecesse matéria da revista *IstoÉ* na qual Dutra é citado como um dos parlamentares a quem o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) dissera que poderia conhecer os votos dados pelos senadores na sessão secreta em que foi cassado o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Dutra preferiu não apartear Antero, mas logo depois pediu a

palavra para esclarecimento pessoal.

Conforme trecho da matéria publicada na última edição de *IstoÉ*, "na véspera daquela sessão, em junho do ano passado, Arruda contou a alguns colegas – entre eles, o atual líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE) – que tinha como extrair do painel os votos de cada um dos parlamentares na votação secreta".

Segundo o senador mato-

grossense, tanto Arruda quanto o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) negaram as informações publicadas pela revista. Antonio Carlos, de acordo com a revista, teria dito a parlamentares que Arruda lhe passara a lista secreta de votantes. Para que a questão ficasse inteiramente resolvida, faltaria, segundo Antero, uma declaração de Dutra, que se pronunciara apenas por meio de nota à imprensa.



Segundo Antero, estaria faltando a declaração de Dutra para esclarecer a questão

Dutra nega ter recebido informação de que existiria lista

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), negou em Plenário, ontem, que tenha obtido de qualquer senador a informação de que existiria uma lista de votação da sessão que decidiu pela cassação do senador Luiz Estevão. O parlamentar petista reafirmou a disposição de não

se envolver em especulações sobre uma possível violação do painel eletrônico do Senado.

NOTA

O senador José Eduardo Dutra leu nota à imprensa, divulgada no domingo (dia 8), na qual nega ter recebido informações desse tipo.

"Nunca recebi, de qualquer

senador, informações de que existiria uma lista de votação daquela sessão, obtida por meio da violação do painel eletrônico do Senado", explica o senador na nota, na qual também nega ter concedido entrevista aos jornalistas da *IstoÉ*. O líder do Bloco Oposição disse ainda que não interessa ao PT

participar de qualquer "rede de intrigas" relacionada a esse episódio.

A nota salienta, no entanto, que o partido pretende pedir a punição dos responsáveis, caso a investigação aponte para a existência de crime de violação dos votos dados durante a sessão secreta.

Adiada divulgação das conclusões sobre o painel

A comissão que investiga a vulnerabilidade do painel de votações do Plenário da Casa adiou para o dia 18 a divulgação, prevista para hoje, de suas conclusões, atendendo a pedido dos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp). Eles querem esgotar todos os esforços antes de dar o parecer final sobre a possibilidade de violação do sistema para a retirada de uma lista com os votos dados na sessão secreta que cassou o senador Luiz Estevão, em junho do ano passado.

O presidente da comissão, Dirceu Teixeira de Matos, informou que seus integrantes estiveram na última segunda-feira na Universidade de Campinas, onde se reuniram longamente com os técnicos contratados para a perícia, que reafirmaram que existem 18 pontos vulneráveis no sistema de computação que controla o painel, mas ainda não conseguiram explorar em minúcias alguns arquivos vazios. Os peritos querem uma resposta para a existência de tais arquivos e, para fazer novas tentativas, pediram mais uma semana de prazo.

Dirceu Teixeira de Matos informou que a comissão vem examinando detidamente as responsabilidades pela fragilidade do sistema, envolvendo funcionários do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), as empresas que fabricaram e fizeram manutenção do painel e os funcionários que tinham acesso aos computadores do painel.

A comissão foi criada pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, depois que a revista *IstoÉ* noticiou que, numa conversa com três procuradores da República, o senador Antonio Carlos Magalhães teria dito possuir uma lista com os votos dados naquela sessão secreta. Até agora, os peritos da Unicamp confirmaram a vulnerabilidade do sistema, mas não tiveram provas de que tenha sido retirada dos computadores alguma lista de votação.

O resultado da comissão sairá no mesmo dia em que o Conselho de Ética se reunirá para continuar a tomada de depoimentos que podem esclarecer se o senador Antonio Carlos feriu ou não o decoro parlamentar. No dia 18, às 17h, será novamente ouvido o foneticista Ricardo Molina, que degravou uma fita enviada pela *IstoÉ* com parte da conversa. Ele fez uma primeira degravação, mas somente agora conseguiu entender palavras ou frases até então consideradas inaudíveis.

João Alberto propõe regra para exibição de espetáculo

Proposta aproveita, em parte, texto de portaria do Ministério da Justiça, cuja constitucionalidade está sendo questionada

Projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que disciplina a exibição de diversões e espetáculos públicos, regulamentando o disposto no parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição, foi encaminhado às Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto pretende remover o vício de inconstitucionalidade da portaria do Ministério da Justiça que estabelece a classificação etária para as diversões e espetáculos públicos. O senador aproveita a redação desse documento, excluindo apenas alguns dispositivos que tratam de atribuições de órgãos do Ministério da Justiça.

Em sua justificativa, João Alberto

Souza argumenta que a portaria, de 8 de setembro de 2000, vem sendo questionada. Ele lembra liminar concedida pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, em mandado de segurança proposto pela Associação Brasileira de



João Alberto é a favor da classificação etária para os espetáculos

ria deve ser regulada por lei federal. A liminar suspenso, até o julgamento final do mérito do mandado, o dispositivo da portaria que veda a exibição "em horário diverso do permitido", de programas de televisão, inclusive trailers.

A portaria do Ministério da Justiça, lembra ainda João Alberto Souza, foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil, sob a argumentação de que a matéria deve ser regulada por lei federal.

Viana: "SOS Brasil" retrata modelo injusto da saúde no país

O senador Tião Viana (PT-AC) aconselhou todos os políticos do Brasil a assistirem a peça de teatro *SOS Brasil*, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, atualmente em cartaz em Brasília. A peça retrata o cotidiano de um hospital de grande cidade, onde pessoas carentes terminam vítimas do modelo discriminatório e injusto de gestão hospitalar existente, explicou o senador.

Segundo Viana, o empresário teve sensibilidade para mostrar a luta de uma pessoa simples, vinda do interior para se internar num grande hospital por estar acometida de diabetes e que termina cega, apesar da enfermidade possibilitar uma vida normal, se tratada adequadamente. "Injunções políticas, preconceito e até tráfico de drogas interferem para vitimá-la", disse.



Viana aconselha políticos a assistirem à peça de Antônio Ermírio de Moraes

CULTURA AO MEIO-DIA CINEMA

Tiradentes

De Oswaldo Caldeira

Cinema

Cultura ao meio-dia

Tiradentes

Entrada franca

Quarta-feira
11 de abril - 12h

Senado Federal

Auditório
Petrônio Portella

Alunos de Brasília participam do Cultura ao Meio-Dia

O projeto Cultura ao Meio-Dia, promovido pela Subsecretaria de Relações Públicas, oferece uma programação especial neste mês, em comemoração ao Descobrimiento do Brasil, ao Dia de Tiradentes e ao aniversário de Brasília. Hoje, cerca de 300 alunos do Centro de Ensino Médio de Ceilândia e da Escola Normal de Brasília, estabelecimentos de ensino público do Distrito Federal, foram convidados para a exibição do filme *Tiradentes*, de Oswaldo Caldeira, que acontece às 12h no Auditório Petrônio Portella.

Inspirado em um artigo de jornal sobre um possível encontro de Tiradentes com Thomas Jefferson, um dos heróis da história norte-americana, o cineasta Oswaldo Caldeira mostra uma visão humana sobre a vida do líder da Inconfidência Mineira. A trama começa quando um grupo de

estudantes vai à França pedir apoio para a conspiração no Brasil. Entre eles, destaca-se o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. De volta a Vila Rica, Tiradentes, entre bebidas, comidas e mulheres bonitas, freqüenta reuniões para ouvir poemas satíricos de Tomás Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa, ridicularizando os abusos do governador.

Os filmes escolhidos para o projeto são exibidos todas as quartas-feiras, sempre ao meio-dia. *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho, e *O Auto da Compadecida*, de Guel Arraes, serão exibidos nas próximas semanas (dias 18 e 25 de abril). As exibições são abertas ao público e têm entrada franca. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones (61) 311-1069, (61)311-4349 ou (61) 311-1993.

Alcântara homenageia colégio de Fortaleza

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a comemoração dos 50 anos de fundação do Colégio Cristus, de Fortaleza, que classificou como "uma referência no desenvolvimento da cultura" no estado do Ceará.

O Colégio Cristus, destacou o senador, investe em ações que visam a inserção de seus alunos no mundo social mediante processos sólidos de educação, expandindo suas atividades pedagógicas por meio dos esportes, do teatro e da dança. Alcântara também destacou a

constante renovação pedagógica e os investimentos em instalações e equipamentos do Colégio Cristus, que abriga, desde 1995, os cursos de Pedagogia e Administração de Empresas, tendo recebido em 2000 conceito "A" em avaliação realizada pelo Ministério da Educação.

A instituição, administrada por Roberto de Carvalho Rocha, também é uma referência, segundo o senador, na preparação para exames vestibulares, com três sedes destinadas a esse fim.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
6h30 - *Debate* - O sen. Pedro Simon e o cientista político Paulo Kramer falam sobre a reforma política
7h30 - *Entrevista* - O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a educação no Brasil
8h - *Jornal do Senado* - O resumo das notícias do dia
8h30 - *Saúde/Unip* - O Sono
9h - *Cores do Brasil* - Camboriú
9h30 - *Entrevista* - O sen. Jefferson Péres fala sobre a Comissão de Relações Exteriores
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
12h30 - *Entrevista* - O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a educação no Brasil
13h - *Cores do Brasil* - Rio Grande do Sul
13h30 - *Debate* - O sen. Pedro Simon e o cientista político Paulo Kramer falam sobre a reforma política
14h30 - Sessão Plenária (vivo)
18h30 - *Entrevista* - O sen. Jefferson Péres fala sobre a Comissão de Relações Exteriores
19h - *Cores do Brasil* - Itaipu
19h30 - *Debate* - O sen. Pedro Simon e o cientista

político Paulo Kramer falam sobre a reforma política
20h30 - *Entrevista* - O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a educação no Brasil
21h - *Jornal do Senado* - O resumo das notícias do dia
21h30 - Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
24h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tccsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica - Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Marluce pede retomada do programa Calha Norte

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) reivindicou ontem a retomada do programa Calha Norte como forma de defender a soberania brasileira na Amazônia, diante das ameaças crescentes dos países ricos que consideram a região como patrimônio da humanidade. Ela defendeu a alocação de R\$ 22 milhões anuais para o projeto, patamar atingido de 1985 a 1987, para dar ao Exército condições mínimas de guarnecer as fronteiras do norte do país.

Marluce disse que não é segredo o fato de que os Estados Unidos têm uma base militar na República da Guiana, negociam outra com a Venezuela e já fazem incursões de combate à guerrilha e ao narcotráfico na Colômbia. Isso significa, afirmou a senadora, que já existe um posicionamento de



Marluce vê o programa como forma de defender a soberania

efetivos estrangeiros no entorno da porção setentrional brasileira.

Diante desses fatos, argumentou Marluce, o país não pode destinar apenas os R\$ 3 milhões anuais previstos no Plano Plurianual a um programa como o Calha Norte, “que representa um instrumento notável para contrapor-se a esses desafios, uma vez que vivifica, humaniza e fortalece as fronteiras”.

A senadora ressaltou que o Calha Norte não é um programa para beneficiar a Região Norte, mas, sim, um programa de interesse de todo o país. Acrescentou que mais de 11 mil quilômetros de fronteiras não podem continuar desabitados e desguarnecidos. “Tudo que o Exército precisa para defendê-las é que verbas adequadas sejam alocadas para o Calha Norte”, concluiu Marluce.

Cabral sugere que CPI investigue retirada ilegal de minérios

Ao comunicar a apreensão, pela Polícia Federal, de sete toneladas de ametista e 300 quilos de tantalita retirados ilegalmente da reserva dos índios tucanos, na fronteira do Brasil com a Colômbia, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu a investigação



Cabral: CPI terá que distinguir ONGs sérias das demais

do caso pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) instalada no Senado para tratar da atuação de organizações não-governamentais no Brasil. Cabral justificou sua proposta explicando que os minérios foram apreendidos em poder do minerador Adi Nagel Júnior, que se intitula vice-presidente da ONG Cooperíndio, que atua junto aos tucanos. Ele informou ainda que as notas fiscais apresentadas por Adi Nagel Júnior revelaram que estavam sendo cobrados preços irrisórios pelos produtos. Os 300 quilos de tantalita foram declarados por R\$ 4,5 mil, enquanto o preço de mercado de um único quilo gira em torno de US\$ 100.

A CPI das ONGs, disse o senador, terá a responsabilidade de distinguir o que é joio e o que é trigo entre as organizações não-

governamentais que atuam no Brasil.

— Temos que descobrir quais são as ONGs sérias e quais as que se aproveitam da ignorância, da apatia e talvez até do descaso de algumas autoridades — disse o senador.

Na avaliação de Cabral, a região amazônica, a não ser pela presença dos militares, vem sendo tratada com desinteresse pelo governo federal. Em consequência, a Amazônia, que possui o maior banco genético do mundo, está sendo utilizada por estrangeiros que colhem amostras de plantas e animais e levam esse material para os seus países.

Em aparte, o senador Francilino Pereira (PFL-MG) defendeu a adoção de uma agenda positiva para a Amazônia, enquanto o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou para a necessidade imediata de valorização da região. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou que o Brasil esteja permanentemente de costas para a região amazônica e a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) criticou o desprezo das autoridades pela região.

Mozarildo adverte que Amazônia pode repetir situação colombiana

Senador denuncia retirada ilegal de minérios, abandono dos índios e recrutamento de amazonenses por guerrilheiros

A retirada ilegal de minérios de terras indígenas, a incidência de tracoma (doença oftalmológica) entre os índios, a presença indiscriminada de organizações não-governamentais e o recrutamento de amazonenses pela guerrilha colombiana foram apontados ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) como razões da maior gravidade para o Brasil preocupar-se com a região amazônica.

— Quero chamar a atenção da Funai, do Ministério da Justiça e do presidente da República para o fato de que é preciso efetivamente mudar o rumo da política indigenista do país e fazer uma verdadeira operação pente-fino nas instituições que atuam livremente na região amazônica, aproveitando-se inclusive da liberdade para fazer o que aqui já denunciei: a utilização de índios como cobaias em experiência financiada pelo governo americano — disse o senador.

Na opinião de Mozarildo Cavalcanti, a Amazônia contém hoje “to-

dos os ingredientes necessários para que amanhã esteja igual à Amazônia colombiana”. Ele se referia ao contrabando de minérios estratégicos, à exploração de índios mediante pagamento vil e ilegal por instituições não-governamentais e à atuação do grupo que, conforme sustentou, vem recrutando à força pessoas do lado brasileiro para atuar na guerrilha colombiana.

O senador pediu ao governo que se preocupe com a questão e não a encare como um assunto imaginário, distante da cruel realidade que é a exploração dos índios pelos contrabandistas, disfarçados sob a capa de organizações não-governamentais para, entre outros objetivos, explorar minerais estratégicos. Ele também lamentou que os índios, “abandonados pela Funai”, estejam ficando cegos por uma doença perfeitamente tratável, que é o tracoma.

Mozarildo disse que a única presença nacional efetiva na região é a do Exército, que trabalha



Mozarildo Cavalcanti diz que a única presença nacional efetiva na região é a do Exército

de fato guardando a fronteira. O senador acrescentou que a Polícia Federal tem feito um esforço sobre-humano na região, dando como exemplo a recente apreensão de sete toneladas de ametista e 300 quilos de tantalita retirados ilegalmente de terras indígenas. Observou, no entanto, que o número de policiais federais é insuficiente para “dar conta da imensidão daquelas fronteiras”.

Suassuna defende transposição do São Francisco e gera debate em Plenário

A transposição das águas do Rio São Francisco para outros estados da Região Nordeste gerou um intenso debate na sessão plenária de ontem, a partir de discurso do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), defensor do projeto. O senador disse que era preciso cumprir o preceito bíblico de dar água a quem tem sede, frisando que seria necessária apenas uma vazão de 67,9 metros cúbicos por segundo dos 2.672 metros cúbicos por segundo do São Francisco que são jogados no mar para fornecer água a dez milhões de pessoas. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Paulo Souto (PFL-BA) e Heloísa Helena (PT-AL), representantes de estados banhados pelo São Francisco e contrários ao projeto, rebateram esses argumentos.

Dutra disse que a forma de Suassuna apresentar a questão dificultava o debate e a possibilidade de entendimento, porque estava tentando rotular quem questiona o projeto — sergipanos, alagoanos e baianos — como “anticristãos”. Segundo ele, os defensores da transposição “escamoteiam” fatos como a utilização

de 75% das águas para irrigação e de 25% para consumo humano.

Outro fato apontado por Dutra é o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) feito para o projeto. O senador afirmou que o estudo não menciona os efeitos da transposição na foz do rio e só trata da área que receberá a água. Como exemplo, o senador citou os Estados Unidos, que também discutiram um projeto de transposição de águas que deixou o prejuízo e os danos para o México.

Suassuna disse que 25% das águas já matariam a sede de dez milhões de pessoas no auge da época de seca e eximiu-se de responsabilidade pela má utilização do São Francisco por quem se beneficia dele. Disse ser solidário a quem pretende revitalizar o rio, mas argumentou que é mais fácil conseguir R\$ 2 bilhões para a obra de transposição do que os R\$ 10 bilhões necessários à revitalização.

Paulo Souto garantiu, em aparte, que com R\$ 2 bilhões “a água não vai



Suassuna lembrou o preceito bíblico de dar água a quem tem sede

chegar para ninguém”. Ele afirmou que seriam precisos mais R\$ 10 bilhões ou R\$ 12 bilhões para os custos de adução, tratamento, distribuição e infraestrutura.

— Não podemos, mais uma vez, fazer o que acontece e aconteceu muito no Nordeste: fazem-se açudes e barragens, reserva-se água, e a água não chega aos que precisam dela, porque não houve planejamento para que isso acontecesse — disse Souto.

Heloísa Helena disse que Suassuna não poderia cobrar de Dutra e de outros parlamentares qualquer senso cristão e de humanidade em relação à situação do Nordeste.

— É exatamente por esse espírito humanitário e por esse espírito cristão que queremos discutir novas alternativas concretas, ágeis e eficazes para minimizar os problemas do Nordeste, mas não podemos aceitar o discurso demagógico que tem sido feito pelo governo federal e pelo ministro Fernando Bezerra — afirmou.

Hartung lamenta manutenção das desigualdades sociais

Para ele, os indicadores sociais da década de 90 recentemente divulgados pelo IBGE ofuscam avanços obtidos, como a queda do analfabetismo, e mostram que faltou às autoridades “vontade para encarar a realidade de um Brasil injusto e desigual”

Ao comentar a pesquisa do IBGE sobre a evolução dos indicadores sociais durante a década de 90, o líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), afirmou que a persistência das desigualdades sociais no Brasil – o índice de Gini, a melhor medida para disparidade de renda, permaneceu em 0,57 – “empa-



Hartung: o crescimento da renda não reduz por si só a desigualdade

na o brilho de dados animadores” como a queda de 22,5% do analfabetismo, o crescimento de 15% do tempo de estudo e a redução da mortalidade infantil em 22%.

Para Hartung, a pesquisa mostra que, apesar das conquistas advindas da estabilidade econômica e política, os avanços sociais foram tímidos.

– Faltou vontade para encarar a realidade de um Brasil injusto e desigual que não pára de gritar

para os ouvidos surdos de seus representantes que somente um ambiente de igualdade de oportunidades será capaz de mudar esse quadro – afirmou.

Para o senador, vencer o desafio da distribuição de renda requer a conjugação de programas para promover a universalização do acesso à educação, da pré-escola ao segundo grau; aumentar os investimentos em saúde; implantar a reforma urbana; definir projetos de renda mínima; ofertar crédito aos microempreendedores; e adotar mecanismos ativos de correção das discriminações de gênero e raça.

Hartung acredita que somente um amplo programa para promover a igualdade de oportunidades entre todos os segmentos da população será capaz de mudar o

padrão de apropriação da riqueza e acelerar a melhoria dos indicadores sociais, reduzindo a grave situação da desigualdade social no Brasil. “A pesquisa mostra, claramente, que o crescimento puro e simples da renda é insuficiente para modificá-la”, observou.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que é difícil de resolver a questão das desigualdades sociais. Na opinião dele, um aspecto fundamental a ser en-

frentado é o saneamento básico, que permitirá ao país vencer as doenças da pobreza.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou com a importância do saneamento básico. Ele acrescentou que, na Região Nordeste, onde “falta água para beber para milhões de habitantes que terminam enchendo os hospitais da região”, o problema mais grave é assegurar o fornecimento de água.

Síntese dos Indicadores Sociais da década de 90, divulgados pelo IBGE	
Dados Positivos	
Redução da Mortalidade infantil em 22%	
Queda de 22,5% do analfabetismo	
Crescimento do tempo de estudo em 15%	
Produto Interno Bruto Cresceu 4,46% ao ano e atingiu R\$1,089 tri	
Dados Negativos	
Desigualdade de renda permanece: a renda média dos 10% mais ricos é 19 vezes maior que a dos 40% mais pobres	
1% da parcela mais rica da população se apropria de 13% do rendimento, enquanto os 50% mais pobres ficam com 14%	

Lúcio Alcântara pede pressa para projeto de controle de drogas

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem a Campanha da Fraternidade, promovida por um grupo de igrejas cristãs sob a liderança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que aborda neste ano o problema das drogas. Ele pediu que a Comissão de Educação (CE) acelere a tramitação do



Alcântara elogiou o tema deste ano da Campanha da Fraternidade

projeto do Executivo, já aprovado pela Câmara, que trata da prevenção, do tratamento, da fiscalização, do controle e da repressão ao tráfico e uso de drogas.

Ney Suassuna (PMDB-PB), em aparte, comprometeu-se a ser o porta-voz de Alcântara na CE, da qual é integrante, para solicitar agilidade na tramitação do projeto, já na próxima reunião. Suassuna afirmou que drogas legais como álcool e tabaco talvez sejam até piores que as demais, por atingirem maior número de famílias e custarem mais

caro à saúde pública.

Alcântara concordou com Suassuna e lembrou da luta travada pelo ministro da Saúde, José Serra, contra a indústria do fumo e sua revelação, ao Congresso, do volume de dinheiro que se gasta com o tratamento de doenças causadas pelo fumo. Disse ainda que crianças de 13 anos já estão

se iniciando na bebida alcoólica e alertou para os danos à saúde que terão no futuro. “As pessoas não sabem o quanto é penoso e trágico lidar com o alcoolismo”, assinalou.

Na avaliação de Alcântara, é grande o risco de dissolução da sociedade e do comprometimento do governo por um poder paralelo organizado pelo narcotráfico. Para exemplificar, citou o caso da Colômbia, que hoje está dividida entre quatro grupos de poder, o Estado, os paramilitares, os guerrilheiros e os narcotraficantes.

Maldaner: CPI do Narcotráfico deve tornar-se comissão permanente

Ao destacar a importância do lançamento da Campanha da Fraternidade 2001, que tem como tema “Vidas sim, drogas não”, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a transformação da CPI do Narcotráfico em comissão permanente do Congresso.

Maldaner defendeu o prosseguimento, pelo Ministério Público, das investigações iniciadas pela CPI, com a prisão dos narcotraficantes e o isolamento de suas redes de comando. Para ele, é fundamental identificar todos os mecanismos de lavagem de dinheiro para aplicar as devidas penalidades e desapropriar e vender os bens apreendidos do narcotráfico.

Para evitar que agricultores de regiões consideradas de risco passem a atuar na produção de drogas, ele cobrou maior apoio a esses produtores, como também aos seringueiros e indígenas que ocupam as fron-



Casildo Maldaner põe em dúvida a eficácia das campanhas publicitárias

teiras do Brasil. Iniciativa do ex-senador Darcy Ribeiro, no sentido de que os fabricantes de cola sejam obrigados a colocar odores ruins em suas mercadorias para desestimular seu uso pelas crianças de rua, também foi lembrada pelo senador.

– Devemos enfatizar os aspectos preventivos do uso de drogas, pois a ênfase tem sido a repressão ao tráfico e ao consumo, o que tem revelado o alcance limitado dessas ações – disse.

As campanhas publicitárias, continuou, parecem ter tido pouco efeito além de provocar certo medo das drogas ilícitas, com o risco até de aumentar a curiosidade entre os jovens. A Campanha da Fraternidade, salientou, pretende incentivar um amplo movimento de solidariedade, divulgando iniciativas já existentes e estimulando novas medidas para enfrentar o problema.

Eduardo destaca projetos sociais em execução no Tocantins

Os bons resultados dos programas sociais Pioneiros Mirins e Banco da Gente, ambos do estado do Tocantins, foram destacados pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

O primeiro programa atende cerca de 30 mil crianças em tempo integral e fornece gratuitamente alimentação, escola, educação cívica e física e também orientação para o mercado de trabalho. No segundo, foram investidos R\$ 4,48 milhões no financiamento de 2.999 projetos, em 95 municípios do estado.

Os projetos sociais do Tocantins, conforme relatou o senador, financiaram 20 ramos diferentes de atividades nas áreas de agricultura, artesanato, confecções, bebidas, oficinas mecânicas, transporte e artefatos de bambu, vime, junco, palha, couro e peles, entre outros.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, os projetos possibilitaram a criação de mais de 5 mil empregos diretos, beneficiando cerca de 20 mil pessoas. A maioria das cidades tocantinenses atendidas pelos programas sociais são de pequeno porte, como Jarina, Barra do Ouro, Tupirama e Sucupira.



Eduardo Siqueira Campos disse que os projetos geraram mais de 5 mil empregos